



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 22/04/2024
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE FILOCREAO GARCIA DA FONSECA	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
HERENA MAUES	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL	ONLINE
LUCIANA ALBUQUERQUE LIMA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
GABRIEL NATÁRIO	ITERPA	PRESENCIAL
FLAVIO RICARDO	ITERPA	PRESENCIAL
MARCOS SOUZA	SPU	PRESENCIAL
JOSE ODILON	SPU	PRESENCIAL
VANDERSON QUARESMA	CODEM	PRESENCIAL
ROSA PAES	INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PRESENCIAL
ANTONIO ALBERTO PIMENTEL	SPDDH	PRESENCIAL
FLAVIA SILVA	MUNICÍPIO DE ANANINDEUA	PRESENCIAL
DANYLO GARCIA	ADVOGADO – ANANINDEUA	PRESENCIAL
MOEMA BELLUZZO	ANOREG	ONLINE
MYRZA TANDAYA	CRI	ONLINE
VANESSA MENEZES	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE BREU BRANCO	ONLINE
ETELVANA JACOVACCI	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE ANANINDEUA	PRESENCIAL G
CLEOMAR MOURA	REGISTRADOR DE IMOVEIS DE BELEM – 1º OFICIO	ONLINE
RENATA RODRIGUES	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE CAPITAO POÇO	ONLINE

RONALDO COELHO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE CURIONOPOLIS	ONLINE
ADRIZIA ROBINSON	PROCURADORA DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO	ONLINE
ORZIRO SANTANA DA CRUZ FILHO	MUNICÍPIO DE PORTEL	ONLINE
ADRIANA MEZZOMO	MUNICÍPIO DE BREU BRANCO	PRESENCIAL
ANA NATALIA FERNANDES	SEMAS	ONLINE
DENER LOPES	MUNICÍPIO DE CAPITAO POÇO	ONLINE
LAISSA ANDRADE	PRODAP PARAUPEBAS	ONLINE
ALAN DE SOUZA ALHO	PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE CAMETÁ	ONLINE
EDISSANDRA ALVES	MUNICÍPIO DE MARITUBA	ONLINE
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIÁRIO – CGJ	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO – CGJ	PRESENCIAL

#### ASSUNTOS DISCUTIDOS

#### DEVOLUTIVAS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DELIBERADOS NA ÚLTIMA REUNIÃO (05.03.2024)

1) OFICIAR AOS MUNICÍPIOS QUE JÁ PARTICIPAM DO PROJETO REGULARIZAR PARA QUE OBSERVEM A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO ITERPA E AOS CONFINANTES NAS REURBS INSTAURADAS, DEVENDO ENCAMINHAR AS PEÇAS TÉCNICAS RESPECTIVAS, INCLUSIVE SHAPES FILES PARA O ITERPA

**SITUAÇÃO:** Cumprido. Expedição Do Oficio Circular 036/2024-Cgj. Encaminhado Também, à FAMEP

2) REITERAR PEDIDO DE INFORMAÇÃO AOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PROJETO REGULARIZAR SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS TITULAÇÕES DE REURB

**SITUAÇÃO:** Municípios presentes deverão se manifestar. Informações recebidas dos municípios de Ananindeua, Breu Branco e Portel.

3) REUNIAO DE TRABALHO PARA BUSCA DE SOLUÇÃO SOBRE A DOMINIALIDADE DA ÁREA DE SAPUCAIA

**SITUAÇÃO:** Codem, Ananindeua e DPE deverão se manifestar

4) QUESTÃO ENVOLVENDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO BAIRRO DE CANAÃ EM MARITUBA

**SITUAÇÃO:** Apreciação da Proposta de composição apresentada pelo município de Marituba: realização de georreferenciamento pelo ITERPA de acordo com as leis vigentes em ambos os municípios para realização de mediação posterior, formalizando instrumento de transação (petição de id 4092067 do Pjecor n. 0001278-43.2023.2.00.0814)

5) FORMALIZAÇÃO DO PROBLEMA IDENTIFICADO NO RESIDENCIAL QUINTA DOS PARICÁS PARA LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES QUE ESTARIAM DIFICULTANDO OU IMPEDINDO A ENTREGA DAS CERTIDÕES DE REGISTRO DOS IMÓVEIS DOS BENEFICIÁRIOS SEM O ÔNUS DO FINANCIAMENTO JÁ QUITADO PELO GOVERNO FEDERAL

SITUAÇÃO: Pendência da última reunião. DPU deverá se manifestar.

6) EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A SPU PARA INFORMAÇÕES SOBRE AS CAMARAS TÉCNICAS E TAUS (SPU PEDIU QUE FOSSE FORMALIZADO)

SITUAÇÃO: cumprido, através do ofício 151/20204-CGJ. SPU deverá se manifestar

7) FORMALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS EXISTENTES COM AS ÁREAS FEDERAIS NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS PARA ENCAMINHAMENTO E LEVANTAMENTO JUNTO À SPU

SITUAÇÃO: Pendência da última reunião, ante a ausência do representante do município. Canaã dos Carajás deverá se posicionar.

8) APRESENTAÇÃO DO SICARF – MÓDULO REURB

SITUAÇÃO: Setor de Tecnologia do Iterpa

#### 9) O QUE OCORRER

A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 10H10.

DISCUSSÕES/DEBATES:

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – HOJE, A REUNIÃO CONTA COM A PRESENÇA DO DR DANYLO, DA OAB. PEDIU QUE SE APRESENTASSE.

DANYLO GARCIA – ADVOGADO – APRESENTOU-SE. ATUALMENTE ESTÁ COMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITO IMOBILIÁRIO DA OAB PARA ANANINDEUA E É REPRESENTANTE E CRIADOR DO GRUPO DE TRABALHO DA REURB/OAB, NÍVEL PARÁ. JÁ PROTOCOLOU O PEDIDO DE CRIAÇÃO DO GRUPO, QUE JÁ FOI DEFERIDO PELA PRESIDÊNCIA DA ORDEM.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – AGRADECEU A PEDIU A FORMALIZAÇÃO DA INDICAÇÃO PELO PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS.

ITEM 1 DA PAUTA (CUMPRIDO COM A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AOS MUNICÍPIOS E FAMEP. NÃO HOUVE RESPOSTAS. PERGUNTOU SE O CRI TEM CONHECIMENTO DE ALGUMA PROVIDÊNCIA ADOTADA PELOS MUNICÍPIOS.

MYRZA TANDAYA – CRI – INAUDÍVEL. NÃO

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – DETERMINOU A REITERAÇÃO DO OFÍCIO AOS MUNICÍPIOS.

GABRIEL NATÁRIO – ITERPA – O ÓRGÃO REITEROU O PEDIDO E APENAS O MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS RESPONDEU AS ÚLTIMAS INFORMAÇÕES. JÁ FOI FRISADO A FINALIZAÇÃO DO ESTUDO,

ENCAMINHARAM EM RETORNO AS RESPOSTAS ÀS MANIFESTAÇÕES DA PREFEITURA, E VÃO DAR SEGUIMENTO, MAS É IMPORTANTE A REITERAÇÃO, PARA QUE SE CONSIGA DAR VAZÃO AOS TRABALHOS QUE ESTÃO SENDO FEITOS E DAR REGULARIZAÇÃO NOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO URBANA.

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA RECEBEU O OFÍCIO DA CORREGEDORIA E TAMBÉM, DE MANEIRA INDIVIDUALIZADA, O DO ITERPA E ESTÃO PREPARANDO A RESPOSTA A SER ENCAMINHADA.

MYRZA TANDAYA – CRI – FOI ENCAMINHADO AO CRI?

NÃO IDENTIFICADA – NÃO

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – VAMOS AGUARDAR A CONSOLIDAÇÃO DESSAS INFORMAÇÕES, NÃO SÃO MUITOS OS MUNICÍPIOS QUE PARTICIPAM DO REGULARIZAR. ATINGIMOS 19 MUNICÍPIOS  
ITEM 2

MARCOS SOUZA – SPU – QUER APROVEITAR ESSE ITEM PARA SOLICITAR QUE FOSSE EXPEDIDO OFÍCIO A SPU ENCAMINHANDO OS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PROJETO REGULARIZAR PARA ESTENDER A REGULARIZAÇÃO PARA AS ÁREAS FEDERAIS

ORZIRO SANTANA – PORTEL – RECEBEU O OFÍCIO DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA E PRESTOU INFORMAÇÕES SOBRE AS REURBS INSTAURADAS NOS PRIMEIROS BAIRROS DE PORTEL, EM FEVEREIRO DE 2023. EXISTIAM PROBLEMAS EM RELAÇÃO À ÁREA DE UMA ANTIGA EMPRESA MADEIREIRA. INFORMOU A CGJ QUE NO DIA 18.04 ESTARIA ENTREGANDO AS PRIMEIRAS 47 CRFS EMITIDAS E O PROCESSO ESTÁ RECEBENDO SEGUIMENTO. EM RELAÇÃO AO PROBLEMA DA EMPRESA, FOI DEFERIDA UMA LIMINAR, PELO JUÍZO DE PORTEL, PORQUE SE TRATAVA DE MATRÍCULA DE REGISTRO DE POSSE, ENQUANTO O MUNICÍPIO TEM A CERTIDÃO DO ITERPA DE DOAÇÃO DA LÉGUA PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE PORTEL E JÁ ESTÁ TITULARIZADO NO CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO. JÁ ESTÁ REGULARIZADO E O MUNICÍPIO VAI DILIGENCIAR PARA EXPEDIR NOVAS CRFS. AGRADECEU A PARCERIA COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ESTÁ SO INICIANDO E O CAMINHO É LONGO

MARCOS SOUZA – SPU – PERGUNTOU AO REPRESENTANTE DE PORTEL SE OS 47 TÍTULOS SÃO NA ÁREA DA PORTELINHA

ORZIRO SANTANA – PORTEL – EXATAMENTE

MARCOS SOUZA – SPU – QUERIA APROVEITAR A OPORTUNIDADE PARA FAZER ESSA AÇÃO CASADA PORQUE NA ÉPOCA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA DEMARCAÇÃO, A COMUNIDADE INFORMOU QUE TINHA ÁREA DA UNIÃO NESSE BAIRRO, QUE ESTARIA INDO A LEILÃO. COLOCOU A SPU À DISPOSIÇÃO PARA UNIR ESFORÇOS.

ORZIRO SANTANA – PORTEL – O MUNICÍPIO TEM UMA ÁREA PORTUÁRIA NÃO REGULARIZADA, EM RAZÃO DE FALTA DE CONTATO COM A UNIÃO PARA TRATAR DISSO. É IMPORTANTE ESSA PARCERIA PARA

REGULARIZAR A ÁREA DOS PORTOS, PORQUE É JUSTAMENTE DESSA ÁREA QUE A JUSTIÇA DO TRABALHO ESTAVA PROMOVENDO LEILÃO E AS PESSOAS FICARAM DESESPERADAS. AS LEGUAS PATRIMONIAIS SE CONFUNDEM, É PRECISO DISCUTIR ESSA MARGEM.

MARCOS SOUZA – SPU – JÁ ADIANTOU O ASSUNTO COM O PROCURADOR DO MUNICÍPIO, MAS QUERIA DEIXAR REGISTRADO, PARA A SPU SE INSERIR NO PROCESSO INICIADO

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – AGRADECEU E PEDIU QUE PORTEL SEMPRE MANTIVESSE A CGJ INFORMADO DO NUMERO DE TÍTULOS ENTREGUES, PARA INTEGRAR A NOSSA ESTATÍSTICA. DEU A PALAVRA AO MUNICÍPIO DE BREU BRANCO

ADRIANA – BREU BRANCO – NA PRÁTICA, ESTAO EXECUTANDO DOIS NUCLEOS, QUE JÁ DENOMINARAM COMO BAIRROS. O PRIMEIRO, QUE É O DE SANTA CATARINA, JÁ CONCLUIU COM 1651 MATRICULAS ABERTAS, ENTRE REURB-S E REURB-E. SOBRE ESSA ÁREA, FORAM DETECTADAS DUAS MATRICULAS, UMA DO MUNICÍPIO, UMA PARTICULAR E UMA FRAÇÃO MENOR, DO ITERPA. RECEBEU O OFICIO CIRCULAR DO ITERPA, REUNIU COM O DR GABRIEL, O ADVOGADO, FORAM ACERTADAS AS PENDENCIAS, E HOJE SE ENCONTRAM COM AS PENDENCIAS DE ENVIO DOS ARQUIVOS, NÃO EXISTE MATRICULA ABERTA NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMOVEIS, MAS ESSA SEMANA ENVIAM AO ITERPA O MEMORIAL DESCRITIVO E O CARTÓRIO VAI ABRIR UMA MATRICULA DESSE NOVO NUCLEO. ABERTA A MATRICULA, VAO ENCAMINHAR, JÁ ESTAO COM O SOCIAL TODO PRONTO, E SETE QUADRAS JÁ MAPEADAS, GEORREFERENCIADAS. AS SETE QUADRAS JÁ ENVIADAS AO CARTÓRIO ESTAO AGUARDANDO A ABERTURA DA MATRICULA. BASEADO NESSAS SETE QUADRAS QUE ESTAO EM CARTÓRIO QUE SE PRETENDE FAZER A CERIMONIA DE ENTREGA DE TITULOS DO SOLO SEGURO. A ENTREGA DEVE OCORRER EM 15.05.2024.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – INFORMOU SOBRE A REALIZAÇÃO DA AÇÃO REGISTRE-SE NA SEMANA QUE ENGLOBA O DIA 15.05

ADRIANA – BREU BRANCO – AINDA POSSUI NOVA ÁREA COM 1353 IMOVEIS, QUE AINDA NÃO SÃO MATRICULAS, JÁ COM ESTUDO SOCIAL PRONTO.

GABRIEL NATÁRIO – ITERPA – PEDIU QUE AS INFORMAÇÕES FOSSEM ENCAMINHADAS AO ITERPA. APESAR DE TER TIDO REUNIÃO COM BREU BRANCO, NÃO TEM INFORMAÇÕES BEM DEFINIDAS DE COMO ESTÁ SENDO O TRABALHO EM BREU BRANCO. O ESTADO DO PARÁ NÃO TEM COMO DIZER SE HÁ OU NÃO SOBREPOSIÇÃO DA REURB DE BREU BRANCO COM TERRAS ESTADUAIS. NO MUNICÍPIO DE BREU BRANCO, EXISTE UMA GRANDE ÁREA DE TERRAS EM NOME DO ESTADO, INCLUSIVE DA SEDE MUNICIPAL. ENTÃO É NECESSÁRIO QUE AINDA QUE O PROJETO TENHA SIDO FEITO, ISSO PASSE POR UM CRIVO DO ITERPA PARA QUE O ÓRGÃO VALIDE AS INFORMAÇÕES EXPOSTAS. ENTENDE QUE SE DEVE MANTER UM NIVEL DE ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES E, POR ISSO, ENTENDE QUE NÃO SE DEVE TRATAR DE DATAS DE ENTREGA DE PROJETOS, INFORMAÇÕES OU CRFS, ANTES

DESSA ANÁLISE TÉCNICA DO ITERPAE DISCUTIR A DOMINIALIDADE DISSO. UM DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DA REURB É A DOMINIALIDADE. JÁ REITEROU 3 VEZES A BREU BRANCO OFICIO PEDINDO INFORMAÇÕES, O ÚLTIMO SEMANA PASSADA. NA SEMANA PASSADA, HOVE REUNIÃO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, ONDE FOI FEITO O LEVANTAMENTO DA PLATAFORMA NACIONAL SICARF E ISSO É UMA CONVERSA QUE ESTA SENDO FEITO DESDE A ESFERA NACIONAL E DESCENDO PARA AS ESFERAS NACIONAIS E MUNICIPAIS DE ORGANIZAÇÃO, SE NÃO CAIRÃO NO MESMO PROBLEMA FUNDIÁRIO, NÃO APENAS EM ÁREAS RURAIS, MAS EM ÁREAS URBANAS E ISSO AFETA DIRETAMENTE O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO. ASSIM, PRECISA RECEBER ESSAS INFORMAÇÕES EM TEMPO HÁBIL PARA QUE SEJA POSSÍVEL A ANÁLISE TOTAL DO PROJETO. O ITERPA FAZ UMA ANÁLISE COMPLETA DA REURB COMO UM TODO. DESDE A EDIÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL, ANALISANDO TODOS OS ASPECTOS E DADOS (MENCIONADO A 1ª').

ADRIANA – BREU BRANCO – DESDE O INICIO DO TRABALHO, SE FOR VER O RESGATE, O MUNICÍPIO PEDE MANIFESTAÇÃO DO ITERPA, INCLUSIVE O DEVIDO PROTOCOLO. ISSO HÁ DOIS ANOS. DESDE A EDIÇÃO DO DECRETO, AS INSTITUIÇÕES FORAM COMUNICADAS DA ABERTURA DO PROCESSO. ESTÃO FAZENDO USO DA LEI 13465 QUE É REGULARIZAR OS NÚCLEOS CONSOLIDADOS E IRREVERSÍVEIS. ATE HOJE NÃO HOVE RESPOSTA DO ITERPA SOBRE A PRIMEIRA DEMANDA QUE ERA O BAIRRO SANTA CATARINA. EM NENHUM MOMENTO, O MUNICÍPIO FOI IRRESPONSÁVEL, PORQUE SABIA AS MATRICULAS DO BAIRRO. FOI PEDIDO INFORMAÇÃO AO ITERPA, MAS NUNCA O FLUXO FOI DEFINIDO. PARA O MUNICÍPIO, CHEGOU A INFORMAÇÃO QUE DEVERIA MANDAR O *SHAPEFILE* FINAL DO ANO PASSADO E ESTÁ PROVIDENCIANDO. O MUNICÍPIO TEM UMA EQUIPE DE OITO PESSOAS. EXISTE UM TOPÓGRAFO. ENTÃO A POPULAÇÃO PEDE PARA O PREFEITO E NÃO PODE DIZER QUE NÃO PODE FAZER PORQUE O ITERPA NÃO SE POSICIONOU. NA ÚLTIMA FALA DO ITERPA PARECEU QUE O MUNICÍPIO DE BREU BRANCO É IRRESPONSÁVEL E NÃO É ISSO E NÃO ESTÃO USANDO MEIOS QUE NÃO SEJAM LEGAIS. TEM QUE SER RÁPIDO OU AS COISAS NÃO VAO ACONTECER. TODA A CRF, COM CERCA DE 100 PÁGINAS O PROCURADOR FOI AO ITERPA E NÃO QUERIAM RECEBER E SÓ CONSEGUIU ENTREGAR PORQUE EXIGIU. AGORA QUE FOI DEFINIDO QUE É O *SHAPEFILE*, QUE PARA SI É NOVIDADE. DESSE OUTRO NUCLEO, ENQUANTO O ITERPA SE MANIFESTA, MANDOU FAZER O SOCIAL. INCLUSIVE A DRA VANESSA (OFICIAL DE RI) COMENTOU QUE A PREFEITURA DE BREU BRANCO ESTAVA DE PARABENS, PORQUE SÃO MUITO POUCOS OS ERROS. DE TODO O BAIRRO, HOVE APENAS UMA SOBREPOSIÇÃO.

GABRIEL NATÁRIO – ITERPA – A FIM DE RESPONDER O QUE FOI COMENTADO, O OFICIO FOI ENCAMINHADO EM 2021, POSSUI O PROTOCOLO DO PROCESSO.

ADRIANA – BREU BRANCO – MAS ESSE OFICIO NÃO DEFINIU FLUXO

GABRIEL NATÁRIO – ITERPA – JÁ. JÁ INFORMAVA E, INCLUSIVE, FOI A MANIFESTAÇÃO QUE ENCAMINHAMOS DESDE 2021 PARA TODOS OS MUNICÍPIOS, INCLUSIVE A FAMEP. É UM OFICIO CIRCULAR E DENTRO

DELE, QUE É O MESMO OFICIO QUE CONTINUAMOS ENCAMINHANDO PARA TODOS OS OFICIOS, SO FOI INCLUÍDO UM PARÁGRAFO A MAIS ACRESCENTANDO QUAIS INFORMAÇÕES, ESPECIFICAMENTE, PRECISARIAM SER ENCAMINHADAS. MAS JÁ NO CORPO DO TEXTO, JÁ FALA, COLOCA O REGIMENTO, A LEI FEDERAL E A LEI ESTADUAL QUE DEVE SER OBEDECIDA

ADRIANA – BREU BRANCO – SIM, EM OBEDIENCIA A LEGISLAÇÃO, MAS QUAL A PLATAFORMA, FLUXO, NÃO.

GABRIEL NATÁRIO – ITERPA – EM RELAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES DE ESTUDOS. O OFICIO ELE NÃO INFORMA NEM A PLATAFORMA. POSSUI O DOCUMENTO EM MÃOS, PODE FORNECER UMA CÓPIA. O OFICIO INFORMA SOBRE O PROCEDIMENTO LEGAL QUE DEVE SER ADOTADO, QUE DEVE SER ENCAMINHADO. QUANDO NÓS DESTRINCHAMOS A LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL, ELA JÁ FALA O QUE DEVE SER FEITO. O ITERPA FEZ PRATICAMENTE UMA CÓPIA DO QUE DIZ A LEGISLAÇÃO (TRECHO INAUDIVEL) E FOI ENCAMINHADO PARA OS MUNICÍPIOS. EXISTE UM PROTOCOLO JUNTO A PREFEITURA DE BREU BRANCO DE 2021. O PRIMEIRO ATENDIMENTO QUE FOI REALIZADO COM O PROCURADOR DO MUNICÍPIO EM 2021, FOI FALANDO DE UMA POSSIVEL ABERTURA DE UM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA. O ITERPA FOI COLOCADO À DISPOSIÇÃO, ESTAVA PRESENTE NA REUNIÃO JUNTO COM O DR BRUNO KONO, RECEBENDO A DEMANDA. A PREFEITURA DE BREU BRANCO SEMPRE TEVE TODAS AS PORTAS ABERTAS, INCLUSIVE REALIZARAM DUAS GRANDES ENTREGAS DE DOIS MODULOS RURAIS LÁ. ENTÃO, A PREFEITURA SEMPRE ESTEVE COM O ITERPA, ASSIM COMO QUALQUER PREFEITURA QUE ESTEJA DISPOSTA A IR AO ÓRGÃO, SERA RECEBIDA DA MESMA FORMA, COM SERIEDADE E QUALIDADE TÉCNICA PARA RECEBER E RESOLVER OS PROBLEMAS. EM RELAÇÃO AS REURBS QUE ESTÃO SENDO ENCAMINHADAS, NESTA TERCEIRA REITERAÇÃO (EM 2021, NUMA REUNIÃO DE FINAL DE 2022 E 2023 E ESSE ANO FOI FEITA MAIS UMA REITERAÇÃO, AGORA VIA CORREGEDORIA) OBJEIVA-SE OBTER INFORMAÇÕES DAS ÁREAS QUE ESTÃO SENDO TRABALHADAS. SOMENTE ISSO. O ITERPA PEDE QUE O TRABALHO SEJA ENCAMINHADO, MAS NÃO ESTÁ PEDINDO PARA PARAR O TRABALHO QUE ESTÁ SENDO REALIZADO. O ITERPA PRETENDE DAR REGULARIDADE AO TRABALHO. SE NA ÁREA, FOR IDENTIFICADO QUE É UMA ÁREA QUE É ÁREA DO ESTADO E ESTÁ SEM O DESTACAMENTO, PODE SER FEITO O PROCESSO LEGAL DE DESTACAMENTO E CORREÇÃO, ASSIM COMO FOI FEITO COM OS MUNICÍPIOS DE ANANINDEUA, MARITUBA, BENEVIDES E OUTRAS REGIÕES. O QUE SE PRETENDE SABER É SOBRE A REAL DOMINIALIDADE PORQUE, QUANDO NÃO SE ATESTA A DOMINIALIDADE, COLOCA-SE EM RISCO TODO UM PROJETO, AINDA QUE SEJA EM ÁREA CONSOLIDADA. REFORÇA QUE O ITERPA NÃO FOI CIENTIFICADO DA ABERTURA DO PROCESSO E FALA ISSO COM CERTEZA PORQUE FIZERAM UMA INSERÇÃO JUNTO AO SISTEMA, APRESENTOU-SE RELATÓRIO JUNTO AO MINISTÉRIO FEDERAL PORQUE ERA NECESSÁRIO SABER DA DOMINIALIDADE. RECENTEMENTE, O ITERPA E A SPU SE REUNIRAM PARA JUNTAR AS INFORMAÇÕES EM UMA ÚNICA BASE DE DADOS E ESSA VAI SER A MESMA RELAÇÃO DE RELATÓRIOS QUE SERÁ ENCAMINHADA A ELES. PRECISA DAS INFORMAÇÕES DE BREU BRANCO O MAIS RÁPIDO



POSSÍVEL PARA FAZER AS ANÁLISES. O MUNICÍPIO PODE TRABALHAR NORMALMENTE, MAS É NECESSÁRIO SABER A REAL DOMINIALIDADE PARA DAR REGULARIDADE A ESSA SITUAÇÃO. REITERA QUE É UMA DISCUSSÃO QUE ESTA SENDO TRAVADA A NIVEL MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, SE O PROCESSO NÃO FOR INICIADO DA MANEIRA CORRETA, VERIFICADA A DOMINIALIDADE, SE HÁ ABERTURA DE MATRÍCULA, POR ISSO O CARTÓRIO PRECISA ESTAR PRESENTE NESSE ESFORÇO QUE É O QUE ESTÁ SE BUSCANDO NESSE GRUPO DE TRABALHO PARA DAR VAZÃO A ESSAS DEMANDAS. OUTRA: ATUALMENTE, O ITERPA ESTÁ EM SETE MUNICÍPIOS TRABALHANDO SIMULTANEAMENTE O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA. FOI COLOCADA UMA EQUIPE APENAS PARA FAZER A VALIDAÇÃO E VERIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. DOS QUATRO INFORMATIVOS ENCAMINHADOS AOS MUNICÍPIOS ATÉ HOJE, FORAM RECEBIDAS RESPOSTAS APENAS DE ANANINDEUA, BENEVIDES E PARAUPEBAS, NESTE ÚLTIMO CASO, FOI IDENTIFICADO QUE A ÁREA NÃO ERA ESTADUAL, ERA FEDERAL, E FOI ENCAMINHADA AO ÓRGÃO RESPONSÁVEL, AO INCRA E SPU. O QUE SE PRETENDE É DAR CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO NESSE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA. REFORÇA QUE O QUE ESTÁ SE VENDO É UM CRESCIMENTO EXACERBADO DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO URBANA, EM VARIOS MUNICÍPIOS, E NÃO EXISTE A PADRONIZAÇÃO DESSAS INFORMAÇÕES. SE O QUE SE ESTÁ DISCUTINDO HOJE, AQUI, É A QUESTÃO DE GLEBAS, ARRECADAÇÃO, JUNTO AO ESTADO, PRECISA-SE TAMBEM DISCUTIR EM RELAÇÃO AO PROCESSO EM SI, COMO UM TODO E OBSERVAR AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL. O DECRETO ESTADUAL TEM O ROL DE ORGANIZAÇÃO DE DADOS QUE PRECISA LEVAR EM OBSERVAÇÃO, CONFORME A PRÓPRIA PROF LULY JÁ INFORMOU AQUI. REITERA, EM NOME DO GOVERNADOR DO ESTADO E DO PRESIDENTE BRUNO KONO, QUE O ITERPA ESTÁ A DISPOSIÇÃO PARA CONTINUAR DANDO APOIO A TODAS AS AÇÕES JUNTO ÀS PREFEITURAS. O ITERPA QUER SER UM ÓRGÃO FACILITADOR, GARANTINDO A SEGURANÇA E A QUALIDADE TÉCNICA E APOIAR OS MUNICÍPIOS NESSE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO. O ENTENDIMENTO É QUE, QUANTO MAIS ÁREAS REGULARIZADAS, MAIS DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO, MAIS DESENVOLVIMENTO PARA AS CIDADES E MAIS SEGURANÇA.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – QUE BOM QUE AS REUNIÕES PODEM EXISTIR PARA FACILITAR O DIALOGO.

VANESSA – RI BREU BRANCO – GOSTARIA DE RESSALTAR O NÚCLEO SANTA CATARINA, QUE É ESSE QUE ESTÁ INTEGRALMENTE REGULARIZADO, ENVOLVIA DUAS ÁREAS QUE TINHAM MATRÍCULAS, UMA EM NOME DO MUNICÍPIO, E OUTRA EM NOME DE UM PARTICULAR COM AS DEVIDAS ANUÊNCIAS. NÃO HOUVE REURB NO NUCLEO SANTA CATARINA EM AREA NÃO ARRECADADA OU EM ÁREA NÃO MATRICULADA, AS MATRICULAS JÁ EXISTIAM, AS ÁREAS HAVIAM SIDO DOADAS PELO ITERPA AO MUNICÍPIO HAVIA ALGUNS ANOS. NESSE NÚCLEO JÁ REGULARIZADO NÃO EXISTE PENDENCIA FUNDIÁRIA. COM RELAÇÃO AO NÚCLEO CONQUISTA, EMBORA O CARTÓRIO JÁ TENHA O CONHECIMENTO DAS SETE QUADRAS, AS CRFS NÃO FORAM RECEBIDAS AINDA. ESTÃO NESSA DEFINIÇÃO JUNTO COM O MUNICÍPIO DO FLUXO. PROCEDIMENTALMENTE, AS ANUÊNCIAS, AS

NOTIFICAÇÕES FORAM EXIGIDAS. QUANDO A CRF CHEGA NO CARTÓRIO, SOLICITA QUE VENHA INSTRUÍDA COM AS ANUÊNCIAS. ENTENDE, PARTICULARMENTE, A PARTIR DA LÓGICA DA LEI, QUE NÃO É NECESSÁRIA ESSA AUTORIZAÇÃO DO ITERPA PARA O REGISTRO REGULAR DA REURB. ESSA REURB NÃO CHEGOU NO CARTÓRIO, NÃO ANALISOU O PROJETO FINALIZADO, ENTÃO NÃO SE MANIFESTA SE EXISTE PENDÊNCIA OU NÃO, MAS CONFIA NO TRABALHO DA DRA ADRIANA E DO ITERPA QUE A SITUAÇÃO SERÁ ALINHADA. A DRA ADRIANA TEM LHE INFORMADO QUE TEM PROCURADO O ITERPA E ALINHADO ESSAS SITUAÇÕES. DEIXA CLARO QUE NESSA PRIMEIRA ÁREA EXISTE UMA MATRÍCULA EM NOME DO MUNICÍPIO E PARTICULAR, NÃO É ÁREA DO ITERPA, NÃO EXISTE DUVIDA QUANTO A ISSO E QUE, NA ÁREA DA CONQUISTA, QUE AINDA NÃO RECEBEU, OS ALINHAMENTOS ESTÃO SENDO FEITOS PELO MUNICÍPIO E AS EXIGÊNCIAS DE COMPETÊNCIA DO CARTÓRIO, ESTÃO SENDO FEITAS. TAMBÉM POSSUI BOA COMUNICAÇÃO COM O ITERPA E SE FOREM NECESSÁRIOS QUALQUER INFORMAÇÃO, ALINHAMENTO, PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO, ESTARÁ DISPONÍVEL.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – COMO HAVIA DITO, QUE BOM QUE AS REUNIÕES PODEM EXISTIR PARA APROXIMAR TODOS OS ÓRGÃOS E FACILITAR O DIALOGO. DIANTE DAS FALAS DA DRA VANESSA, DRA ADRIANA E DO DR GABRIEL, É POSSIVEL CONVERSAR E APROVEITAR TODOS OS ATOS PRATICADOS PARA QUE, EVENTUALMENTE, ALGUM POSSA SER CONVALIDADO, MAS, PELO QUE A DRA VANESSA DISSE, NÃO HÁ ESSE PROBLEMA PORQUE AS MATRÍCULAS JÁ ESTAVAM ABERTAS E ESTES, QUE AINDA ESTÃO EM ENCAMINHAMENTO, QUE POSSAM SEGUIR O FLUXO CORRETO. ESSA APROXIMNAÇÃO É IMPORTANTE, É A FUNÇÃO DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA É EXATAMENTE ESSA, TRAZER OS ATORES PARA CONVERSAR E ALINHAR OS ENTENDIMENTOS PARA QUE SE POSSA CHEGAR NO NOSSO DESIDERATO QUE É A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

ADRIANA – BREU BRANCO – SEM DUVIDAS. E AGORA QUE FOI APRESENTADA AO DR GABRIEL, VAI FICAR MUITO MAIS FACIL, PORQUE TINHA UM POUCO DE DIFICULDADE COM A CONVERSA. AGORA JÁ REUNIU UMA VEZ, JÁ ALINHARAM O QUE TINHA QUE SER FEITO. ACREDITA QUE ESSA SEMANA JÁ CONCLUI O MEMORIAL DESCRITIVO.

ETELVANA JACOVACCI – RI ANANINDEUA – LEU A RELAÇÃO DE REURBS JÁ REALIZADAS NO MUNICÍPIO E QUANTIDADES DE LOTES REGULARIZADOS, QUE TOTALIZAM 1669 (1H23MIN DE GRAVAÇÃO). EXISTEM DOIS EM ANDAMENTO QUE CONSEGUEM SER FINALIZADOS EM 15 DIAS, QUE SÃO JARDIM ABOLIÇÃO (444) E SANTA MARIA (732). ALÉM DESSES EXISTEM 3692 EM ANDAMENTO. HOVE UMA REUNIAO ENTRE CARTORIO, PREFEITURA E COHAB, PARA REGULARIZAR A CIDADE NOVA. COMEÇARÁ PELA CIDADE NOVA VII QUE INTEGRALIZAM MAIS DE 700 LOTES QUE SÃO OS QUE DÃO MAIS PROBLEMAS, PORQUE NÃO FORAM INDIVIDUALIZADOS. DEPOIS, SERÁ REALIZADA A REGULARIZAÇÃO DOS DEMAIS CONJUNTOS QUE COMPÕEM O BAIRRO. ESTÁ SENDO FEITA UMA RESTAURAÇÃO DA PLANTA DA CIDADE NOVA.

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – HOVE ESSA REUNIAO ENTRE MUNICÍPIO, COHAB E CARTORIO. NO ENTANTO, CHEGOU A



CONVERSAR COM O ITERPA PARA INTEGRAR O GRUPO, MAS ESTÁ FINALIZANDO UM CADASTRO QUE PRECISA TRATAR COM O ÓRGÃO. AS NOVAS FASES AINDA SERÃO ALINHADAS

LUCIO GUERREIRO – CGJ - PERGUNTOU SE ALGUÉM MAIS QUERIA FALAR

RENATA – RI CAPITÃO POÇO – AGRADECEU O CONVITE. INDICOU QUE A PROCURADORA DO MUNICÍPIO, ADRIZIA, TAMBÉM ESTÁ PRESENTE. APROVEITANDO A PRESENÇA DO SPU, INDICA QUE NO MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO, EXISTEM ÁREAS DA UNIÃO E QUE PREFEITURA E CARTÓRIO ESTÃO À DISPOSIÇÃO NESSA EMPREITADA PARA REGULARIZAÇÕES NAS ÁREAS URBANAS QUE ESTÃO DENTRO DOS MUNICÍPIOS. ESTÁ ENCAMINHANDO DEMANDAS A SPU, MAS NÃO TEM OBTIDO RESPOSTAS. UMA VEZ QUE ELE ESTÁ PRESENTE, DEIXAR REGISTRADO PARA EFETIVAR ESSA COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIO, CARTÓRIO E SPU.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – AGRADECEU A INTERVENÇÃO E PEDIU QUE A CGJ FOSSE ATUALIZADA, VISTO QUE CAPITÃO POÇO ESTÁ INTEGRADA AO PROJETO REGULARIZAR, TRAZENDO BOAS NOTÍCIAS DE TÍTULOS REGULARIZADOS.

AGRADECEU A TODOS OS MUNICÍPIOS O EMPENHO. AO FINAL, OS NÚMEROS PODERÃO SER CONTABILIZADOS PARA APRESENTAÇÃO NA SEMANA NACIONAL DO SOLO SEGURO. SERÁ UM GANHO PARA TODO MUNDO. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NINGUÉM PERDE. GANHA MUNICÍPIO, GANHA O CIDADÃO, GANHA ECONOMIA LOCAL, É UMA INJEÇÃO DE PROSPERIDADE PARA TODO MUNDO.

ITEM 03 DA PAUTA - REGULARIZAÇÃO DA ÁREA DE SAPUCAIA. CODEM, ANANINDEUA E DEFENSORIA PODEM SE MANIFESTAR

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – HÁ DEZ DIAS, HOVE REUNIAO COM O DR VANDERSON, DA CODEM, E MAIS UM REPRESENTANTE PARA CONVERSAR SOBRE A QUESTÃO DO COQUEIRO MAIOR. A CODEM PEDIU PARA QUE A SEAD SE MANIFESTASSE SOBRE A POSSIBILIDADE DE ANUÊNCIA DESSA ÁREA ESPECIFICAMENTE, É UMA ÁREA JÁ CONSOLIDADA. FARÃO ESSA NOTIFICAÇÃO À CODEM PARA QUE ELES POSSAM SE MANIFESTAR. O PRÓPRIO CARTÓRIO DE ANANINDEUA CONVERSOU COM A PROF LULY PARA QUE PUDESSE BUSCAR A MELHOR ALTERNATIVA EM RELAÇÃO A ESSA SITUAÇÃO

, ESTA EM ANDAMENTO AS TRATATIVAS. A PROPOSTA É PEDIR ANUENCIA DO CODEM, NÃO APENAS DA SAPUCAIA, MAS DO COQUEIRO MAIOR, MAS SABE QUE EXISTE DEMANDA DE CORPO TÉCNICO PARA TRATAR DE UMA ÁREA COM TAL DIMENSÃO. VÃO SE TRATANDO PELOS NÚCLEOS QUE POSTERIORMENTE FOREM SURGINDO NO PROCESSO DE REURB

LUCIO GUERREIRO – CGJ – APENAS RECORDANDO, ESSA ÁREA DE SAPUCAIA É AQUELE QUE CONFUNDE ENTRE OS LIMITES DE ANANINDEUA E BELÉM

FLAVIA SILVA – ANANINDEUA – A ÁREA NÃO ESTÁ NECESSARIAMENTE NA ÁREA LÍMITROFE, MAS HÁ INDICAÇÃO QUE A ÁREA ESTÁ DENTRO DA RELAÇÃO DE DOMINIALIDADE DA CODEM. A PROF LULY QUESTIONA

QUE HOUVE UMA EMISSÃO DE TÍTULO POR ANANINDEUA E ELA GOSTARIA DE SABER ESSA ORIGEM. O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA NÃO CONSEGUIU IDENTIFICAR. A TRATATIVA INICIAL É COM A CODEM PARA RESOLVER. CONSIDERANDO QUE A CODEM POSSUI UM CONSELHO, TEM QUE PASSAR POR UMA ANÁLISE TÉCNICA DO ÓRGÃO. O MUNICÍPIO DE ANANINDEUA VAI SE MANIFESTAR E AGUARDAR POSICIONAMENTO

ETELVANA JACOVACCI – RI ANANINDEUA – ACRESCENTA QUE A ÁREA ERA DA CODEM, AÍ TEVE A LEI ESTADUAL DE 1994 E PASSOU A PERTENCER A ANANINDEUA. MAS A CODEM QUER FAZER UM CONTROLE DA ÁREA, CONFORME VAI HAVENDO DESTACAMENTO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ - A CONTEXTUALIZAÇÃO COMEÇOU EM 1994, QUANDO A LEI TRANSFERIU PARA ANANINDEUA, MAS ESTAVA SOBRE A ÁREA DA CODEM.

ETELVANA JACOVACCI – RI ANANINDEUA – ISSO. E A MATRÍCULA ESTÁ NO 2º OFÍCIO DE BELÉM, AINDA NÃO FOI TRANSFERIDA PARA ANANINDEUA.

VANDERSOM QUARESMA – CODEM – NOS SEUS REGISTROS, A MATRÍCULA ESTA NO MUNICÍPIO DE BELEM, REGISTRADA À CODEM.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – DENTRO DA ÁREA DE ANANINDEUA?

VANDERSOM QUARESMA – CODEM – SIM, DENTRO DA ÁREA DE ANANINDEUA. É UMA ÁREA ENORME. QUEM ATENTOU PARA ESSE DETALHE FOI A PROF LULY. MAS DEIXA REGISTRADO QUE O MUNICÍPIO DE BELÉM, COMO REPRESENTANTE DO CONSELHO DA CODEM, NÃO QUER CRIAR EMBARAÇO OU DIFICULDADE, PELO CONTRÁRIO. PRECISA, INICIALMENTE, TOMAR CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO DAS REURBS QUE ESTÃO ABERTAS, DOS BAIRROS QUE ESTÃO ABERTOS E PROCURAR SOLUÇÃO A 4 MAOS PARA GARANTIR O DIREITO À REGULARIZAÇÃO. PRINCIPALMENTE DOS TÍTULOS QUE JÁ FORAM EMITIDOS, QUE NÃO SÃO POUÇOS.

LOCUTOR NÃO IDENTIFICADO – NÃO FOI EMITIDO TITULO AINDA

LUCIO GUERREIRO – CGJ – SÓ PARA TIRAR A DUVIDA: EXISTE UMA MATRÍCULA, EM NOME DA CODEM, MAS A ÁREA FOI TRANSFERIDA AO TERRITORIO DE ANANINDEUA. ENTÃO O DONO ERA A CODEM DE UM TERRITORIO DENTRO DE ANANINDEUA. ENTÃO SE ESTÁ DENTRO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA, DEVERIA INICIALMENTE TRANSFERIR A MATRÍCULA EM NOME DA CODEM PARA O CARTÓRIO DO MUNICÍPIO.

ETELVANA JACOVACCI – RI ANANINDEUA – MAS A CODEM É BELÉM, NE?

VANDERSOM QUARESMA – CODEM – NA PRÁTICA, É ISSO QUE TEM QUE ACONTECER, MAS A MATRÍCULA ESTA NO NOME DA CODEM.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – O PROPRIETÁRIO É A CODEM, MAS QUE ESTÁ DENTRO DA ÁREA DE ANANINDEUA. ENTÃO OS ENTES ENVOLVIDOS TÊM QUE ENTRAR NUM ACORDO PARA RESOLVER.

COMO A DEFENSORIA NÃO QUIS SE MANIFESTAR, PASSAMOS AO ITEM 4 DA PAUTA.

O ITEM 3 DEVE AGUARDAR PROXIMA REUNIAO. PERMANECER NA PAUTA

MYRZA PEGADO - RI MARITUBA - ACHA QUE NÃO TEVE MOVIMENTAÇÃO PÓS PETICIONAMENTO NO PROCESSO PORQUE NÃO CHEGOU AO CARTORIO NENHUM TIPO DE COMPOSIÇÃO

GABRIEL NATARIO - ITERPA - TAMBÉM NÃO RECEBEU INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO. ESTÃO AGUARDANDO PARA PODER DAR SEGUIMENTO.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - O ITERPA OFICIOU DIRETAMENTE DO MUNICÍPIO DE MARITUBA?

GABRIEL NATARIO - ITERPA - SIM. TAMBEM ENCAMINHAMOS

LUCIO GUERREIRO - CGJ - ENTÃO FICA COMO ENCAMINHAMENTO: OFICIAR A MARITUBA PEDINDO INFORMAÇÕES. PEDIU AO ITERPA PARA APRESENTAR COPIA DA FORMALIZAÇÃO, PARA JUNTAR NOS AUTOS E ENCAMINHAR CONJUNTAMENTE AO MUNICÍPIO.

GABRIEL NATARIO - ITERPA - PERFEITO.

MYRZA PEGADO - RI MARITUBA - TAMBEM ENTRARÁ EM CONTATO COM A PREFEITURA PARA QUE SE MANIFESTEM

LUCIO GUERREIRO - CGJ - ITEM 5 - PREJUDICADO, AUSENTE A DPU  
ITEM 6 - PASSOU A PALAVRA A SPU

MARCOS SOUZA - SPU - FOI CONSULTADA A UNIDADE CENTRAL E ELES VAO PAUTAR NA CAMARA TECNICA ESSE COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES. DARA CIENCIA AO GRUPO QUANDO HOVER RETORNO.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - EXISTE PREVISÃO PARA RESPOSTA?

MARCOS SOUZA - SPU - NÃO, PORQUE NÃO TEM INGERENCIA SOBRE A PAUTA DA CAMARA TECNICA NACIONAL. MAS EM REUNIAO COM A COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A DIRETORIA DE CARACTERIZAÇÃO QUE É QUEM TEM ASSENTO, FOI INFORMADO QUE O ASSUNTO SERIA PAUTADO NA REUNIAO SEGUINTE. PODE CONSULTAR O STATUS, MAS ACREDITA QUE NA PRÓXIMA REUNIÃO JÁ SE PODE TER UMA DELIBERAÇÃO.

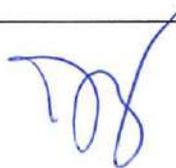
LUCIO GUERREIRO - CGJ - ENTÃO O ASSUNTO PERMANECE NA PAUTA  
ITEM 7 - PREJUDICADO AUSENTE A REPRESENTANTE DE CANAÃ  
TOMOU CONHECIMENTO DA PRESENÇA DA DRA EDISSANDRA, DO MUNICÍPIO DE MARITUBA. POR ISSO, RETOMOU A DISCUSSÃO DO ITEM 4 DA PAUTA, EVITANDO QUE SE EXPEÇA OFICIO.

EDISSANDRA ALVES - MARITUBA - A ULTIMA TRATATIVA SOBRE O BAIRRO CANAÃ, FOI A EXPEDIÇÃO DE UM OFICIO AO ITERPA A RESPEITO DESSE BAIRRO E SOBRE QUAL SERIA A PROPOSTA DO

MUNICÍPIO PARA RESOLUÇÃO. EM 2021, FOI INFORMADO PELO ITERPA QUE, POR AUSÊNCIA DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS NÃO ERA POSSÍVEL REALIZAR O GEORREFERENCIAMENTO. GOSTARIA DE SABER QUANDO HOUE O ENVIO DE RESPOSTA PELO ITERPA. A ULTIMA TRATATIVA DO MUNICÍPIO COM O ITERPA SOBRE O ASSUNTO FOI EM 2021 OU 2022

**GABRIEL NATARIO – ITERPA** – ENCAMINHARAM ESSA MANIFESTAÇÃO NO CONTEXTO DE NOVAS REGULARIZAÇÕES FUNDIÁRIAS QUE ESTAVAM SENDO REALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA. ENTÃO ENCAMINHARAM, COMO UMA DESSAS PAUTAS, E QUE PODE ENCAMINHAR POSTERIORMENTE, CONFORME SE COMPROMETEU COM O CORREGEDOR, UMA CÓPIA DO OFICIO INFORMANDO SOBRE OS MUNICÍPIOS QUE PODERIAM SER TRABALHADOS. HOUE UMA REUNIÃO COM O PROCURADOR DO MUNICÍPIO, QUE LEVOU ESSA PAUTA A PEDIDO DA PREFEITA, NA ÉPOCA, PARA QUE SE FIZESSE REGULARIZAÇÃO E AJUDASSE, TAMBÉM, O MUNICÍPIO DE MARITUBA NESSE DESTRAVAMENTO, DE FALTA DE APOIO TÉCNICO, OPERACIONAL PARA REALIZAÇÃO DE GEORREFERENCIAMENTO NAQUELA ÁREA. ASSIM, FOI DISPONIBILIZADA UMA EQUIPE, UMA DAS EQUIPES DE REGULARIZAÇÃO URBANA PARA QUE PUDESSE FAZER O GEO E DAR SEGUIMENTO À DEMANDA. O ITERPA ESTÁ ESPERANDO A RESPOSTA DE QUEM SERIAM OS RESPONSÁVEIS SOBRE A DEMANDA PARA PODER FORMALIZAR, NOVAMENTE, O TERMO DE COOPERAÇÃO, E DARMOS SEGUIMENTO A ESSE TRABALHO EM COOPERAÇÃO CONJUNTA. ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO HOUE POSIÇÃO. ENTÃO O ITERPA SOLICITA À SECRETARIA DE HABITAÇÃO QUE CONVERSEM, NOVAMENTE, COM A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO E CONVERSEM COM A PREFEITA PARA QUE O ITERPA POSSA DAR SEGUIMENTO NESSE PEDIDO E REALIZAR ESSAS AÇÕES DE GEORREFERENCIAMENTO. REFORÇA O PEDIDO QUE JÁ FOI FEITO DE QUE É NECESSÁRIO INFORMAR AS POLIGONAIS FECHADAS PARA ESTIMAR NÃO APENAS A DATA MAS TAMBÉM O QUANTITATIVO DE PESSOAS QUE POSSAM TRABALHAR NESTA COOPERAÇÃO, O QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS QUE SE PODE PRECISAR E DEFINIR A METODOLOGIA DE REGULARIZAÇÃO DESSES BAIRROS. COMO A CONVERSA JÁ OCORREU HÁ UM TEMPO, O ITERPA DEFINIRÁ A ORDEM DE PRIORIDADE, POIS AS EQUIPES ESTÃO EM CAMPO.

**EDISSANDRA ALVES – MARITUBA** – VAI VERIFICAR JUNTO A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO ESSA DEMANDA PORQUE, DE FATO, A SECRETARIA DE HABITAÇÃO NÃO RECEBEU A DEMANDA QUE É QUEM ACOMPANHA A QUESTÃO DA REURB. O TERMO DE COOPERAÇÃO DO MUNICÍPIO COM O ITERPA ENGLoba CINCO BAIRROS: CENTRO, BOA VISTA, SÃO JOSÉ, NOVO HORIZONTE E ARISTIDES. SOBRE O BAIRRO DO CANAÃ, NÃO É POSSÍVEL TRABALHAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PORQUE EXISTE UMA QUESTÃO DE INDEFINIÇÃO PATRIMONIAL E DE LIMITE TERRITORIAL. ENTÃO É NECESSÁRIO, PRIMEIRO, RESOLVER ESSA QUESTÃO, PARA DEPOIS TRATAR O FECHAMENTO DE POLIGONAL PORQUE ELE PRECISA DE UMA TRATATIVA DIFERENCIADA. DENTRO DA DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE MARITUBA, O BAIRRO DE CANAÃ SERIA UM DOS ÚLTIMOS, EM RAZÃO DE SUAS PECULIARIDADES.



GABRIEL NATARIO – ITERPA – EM RELAÇÃO A ISSO, O QUE É NECESSÁRIO, PRIMEIRO, É ORGANIZAR A DEMANDA ADMINISTRATIVA. OS TERMOS DE COOPERAÇÃO, SALVO ENGANO, JÁ ESTÃO EM FASE DE ENCERRAMENTO. PRECISA SER RENOVADO E COLOCAR NO PLANO DE TRABALHO, ESSES PEDIDOS PARA QUE SE POSSA FAZER UM PLANO DE TRABALHO MAIS EXTENSO E ORGANIZAR AS OPERAÇÕES NOS MUNICÍPIOS. O ITERPA PODE DAR ESSE SUPORTE, BASTA AS EQUIPES TÉCNICAS SENTAREM PARA CONVERSAR E FAZER OS ALINHAMENTOS.

EDISSANDRA ALVES – MARITUBA – CIENTE. COMO ENCAMINHAMENTO, O MESMO OFICIO ENCAMINHADO A CGJ/PA SOBRE O BAIRRO CANAÃ SERÁ ENCAMINHADO AO ITERPA PARA QUE SE POSSA SENTAR E TRATAR ESPECIFICAMENTE DESSE BAIRRO, VISTO QUE ELE TEM UMA PECULIARIDADE. VAI VERIFICAR COM A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO A RESPOSTA QUE FOI DADA PELO ITERPA.

GABRIEL NATARIO – ITERPA – FICAM NO AGUARDANDO. SOLICITA QUE SE ENCAMINHE AO GABINETE DA PRESIDENCIA, COM CÓPIA PARA O NUCLEO DE REURB.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – AGRADECE. ANTE A INTERLOCUÇÃO, FICA DISPENSADA A EXPEDIÇÃO DE OFICIO E O ASSUNTO SERÁ DEBATIVO NOVAMENTE NA PRÓXIMA REUNIAO

MARCOS SOUZA – SPU – PEDIU A PALAVRA. NÃO IDENTIFICOU NA PAUTA O OFICIO EXPEDIDO AOS CARTÓRIOS DOS MUNICÍPIOS QUE ESTÃO COM PROBLEMA DE TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, ESPECIALMENTE ORIXIMINÁ. SE NÃO FOR, SOLICITA QUE SEJA EXPEDIDO. HOUVE MESA QUILOMBOLA, EM QUE A PROMOTORA DE JUSTIÇA ESTEVE PRESENTE E ESTÁ SENDO IDENTIFICADA DIFICULDADE DE CONCLUSÃO DAS SOLICITAÇÕES FEITAS PELO INCRA LOCAL E PELA SPU DE RESPOSTA DO CARTÓRIO DE ORIXIMINÁ E ÓBIDOS. COMEÇA POR ORIXIMINÁ, QUE É O CASO MAIS GRAVE. PEDE PARA RECUPERAR OS DADOS DA ÚLTIMA REUNIAO. SE NÃO FOI FEITO, SEM PROBLEMAS, GOSTARIA QUE O FOSSE.

ADRIANA MEZZOMO – BREU BRANCO – PERGUNTOU SOBRE A DISCUSSÃO DAS TAUS, REFERENTE A SPU

LUCIO GUERREIRO – CGJ – JÁ FOI DEBATIDA

ADRIANA MEZZOMO – BREU BRANCO – TRATARÁ COM O REPRESENTANTE DA SPU SOBRE O ASSUNTO PORQUE EXISTE UMA DEMANDA DE TAUS NO MUNICÍPIO.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – PEDIU A APRESENTAÇÃO DO SICARF, FEITA PELOS REPRESENTANTES DO ITERPA.

GABRIEL NATARIO – ITERPA – AGRADECEU AO ESPAÇO CONCEDIDO PARA APRESENTAR O QUE ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO PELO ESTADO, NESSE SISTEMA QUE TEM GANHADO UMA PROPORÇÃO GRANDIOSA E QUE PRETENDE DAR APOIO NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DO ESTADO, NO ORDENAMENTO TERRITORIAL. O

SISTEMA FICARÁ DISPONÍVEL AOS MUNICÍPIOS. O SISTEMA ESTÁ ABERTO NÃO APENAS A NÍVEL FEDERAL, MAS TAMBÉM AOS MUNICÍPIOS PARCEIROS QUE QUISEREM FAZER A ADESÃO POR MEIO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO. O TÉCNICO PAULO FARÁ A APRESENTAÇÃO DO SISTEMA.

VERIFICAR APRESENTAÇÃO DO SICARF – 1H49MIN DA GRAVAÇÃO ATÉ 2H11

GABRIEL NATARIO – ITERPA – JÁ FOI PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ESSA INTEGRAÇÃO. É UMA PAUTA FEDERAL MUITO RELEVANTE, POIS ONDE HÁ MAIOR DIFICULDADE NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA É NA AMAZÔNIA LEGAL. UMA DEMANDA GERADA JUNTO AO CONSÓRCIO DA AMAZÔNIA LEGAL, NUMA AÇÃO COORDENADA PELO GOVERNADOR HELDER BARBALHO E O PRESIDENTE DO ITERPA BRUNO KONO NA ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADOR ENTRE OS ESTADOS. ANTES DE TUDO FOI FEITO UMA COOPERAÇÃO INTERNA. HOJE, A MAIOR PARTE DA AMAZÔNIA LEGAL JÁ POSSUI SISTEMA SICARF COMO PLATAFORMA OFICIAL DE REGULARIZAÇÃO. O GOVERNO FEDERAL, AO TOMAR CONHECIMENTO DA EVOLUÇÃO DAS TITULAÇÕES QUE ESTÃO SENDO REALIZADAS, TEVE A SENSIBILIDADE DE GERAR UMA PLATAFORMA QUE PUDESSE SER ARMAZENADA NO SISTEMA SICARF. ELE VAI SER UM VALIDADOR PARA VÁRIOS ESTADOS NÃO APENAS DA AMAZÔNIA LEGAL, MAS TAMBÉM SUL E SUDESTE DO BRASIL, EM QUE PODERÁ SER DADO UMA VISIBILIDADE MAIOR E ORGANIZAÇÃO DESSA BASE DE DADOS. A PLATAFORMA TERRAS DO BRASIL SERÁ O GESTOR NACIONAL DESSES DADOS, DESSAS INFORMAÇÕES GERADAS. A PLATAFORMA TERRAS DO BRASIL ESTÁ VINCULADA AO MDA, MAS ESTA EM CONVERSA COM OUTROS MINISTÉRIOS, COMO INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL E MEIO AMBIENTE. A IDEIA DA PLATAFORMA TERRAS DO BRASIL É QUE ELA TENHA UM ARCABOUÇO AMPLO NÃO APENAS DA PARTE DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM SI, DO LOTE A LOTE, MAS DO PROJETO DE ARRECADAÇÃO, DE SEGURANÇA, E MONITORAMENTO E INTEGRAÇÃO. A MESMA IDEIA SE ESTENDE AOS ESTADOS. O SICARF É UM SISTEMA INTEGRADOR E JÁ EXISTE MINUTA DE ACORDO PARA INTEGRAÇÃO FIRMADO COM A ONR, AGRADEÇO A DRA MOEMA, PARA GARANTIR O PROCESSO DE PONTA A PONTA, DO CADASTRO AO REGISTRO EFETIVO. A IDEIA É QUE SE CONSIGA FAZER Nesses próximos meses o upload de informações a plataforma nacional. Os estados já se organizam para isso. Em nome do presidente Bruno Kono, informa que o sistema está aberto a todos. Aos que quiserem, a equipe técnica do ITERPA está à disposição para treinamentos. É um processo que já começará a ser feito, a partir de expedição de ofícios a maior parte dos 144 municípios. Uns já estão trabalhando com o módulo SICARF, outros serão treinados para isso. Para que a partir de agora existam pessoas na ponta no cadastro, na vinculação de dados e capacitar para que todas as prefeituras tenham alguém na operacionalização do sistema e para que as informações possam subir para o sistema, especialmente em áreas rurais, para que o ITERPA dê o processo de titulação. Como já existem vários aceleradores nesse processo e vários quesitos de segurança técnica, conseguimos, no

MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ, FAZER UMA ENTREGA DE 980 TITULOS APROXIMADAMENTE, EM QUE 780 FORAM GERADOS POR DEMANDAS ESPONTANEAS DO MUNICÍPIO. FORAM OS PROPRIOS CADASTRANTES QUE GERARAM ESSAS INFORMAÇÕES, A EQUIPE TECNICA FOI APENAS FAZER O GEORREFERENCIAMENTO E O ITERPA DA SEGUIMENTO NESSE PROCESSO. ESTE PROCEDIMENTO TEM SIDO ADOTADO EM VARIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO. ISSO É UM FACILITADOR, MUITAS VEZES A PREFEITURA NÃO POSSUI CAPACIDADE TECNICA OPERACIONAL. O SISTEMA ESTÁ À DISPOSIÇÃO.

FLAVIO RICARDO - ITERPA - AGRADECEU A FALA DO GABRIEL NATARIO, COORDENADOR DE REURB, E AO DESEMBARGADOR PELA OPORTUNIDADE DE FALAR SOBRE O SICARF, QUE VEM AJUDANDO NESSE AVANÇO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ALEM DA REURB, POIS EXISTE A REGULARIZAÇÃO RURAL, O RECONHECIMENTO DE TERRITORIO QUILOMBOLA, OS ASSENTAMENTOS COLETIVOS, DENTRE OUTRAS FORMAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA QUE NOS AJUDAM MUITO EM ESPECIAL NAS REQUALIFICAÇÕES DE MATRICULA. DEVE-SE PONDERAR QUE A PLATAFORMA QUE VAI ACELERAR, VAI COMPILAR AS INFORMAÇÕES QUE SÃO COLOCADAS DENTRO DO SISTEMA, MAS É MUITO IMPORTANTE QUE SE TENHA CIENCIA QUE EXISTEM PESSOAS POR TRAS MANUSEANDO-O. SEM AS PESSOAS TREINADAS NO SISTEMA NO SENTIDO TECNICO, OPERACIONAL E JURIDICO PARA ALIMENTA-LO, ELE PERDE A EFICACIA. É UMA BELA FERRAMENTA QUE DEMOCRATIZA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA QUE SÓ PODE SER ACELERADA POR MEIO DA TECNOLOGIA, EMBORA MUITOS NÃO TENHAM ACESSO A ELA, MAS DEVE SER CRIADA UMA MANEIRA DE ELA ATINGIR A TODOS. OS QUE MAIS NECESSITAM SÃO OS QUE ESTAO NA AGRICULTURA FAMILIAR, NA REURB, QUE PRECISAM TER ACESSO A DOMINIALIDADE, A ESSA SEGURANÇA JURÍDICA. FICA A OBSERVAÇÃO. É UMA GRANDE PLATAFORMA, EFICIENTE, TANTO QUE ULTRAPASSOU OS LIMITES DO ESTADO DO PARÁ, MAS QUERIA, DEPOIS DE TER OUVIDO A DISCUSSÃO SOBRE REURB, SABE-SE QUE O ESTADO DO PARÁ, ATRAVES DO ITERPA É RESPONSÁVEL POR CERCA DE 30% DO TERRITORIO E É RESPONSÁVEL POR 144 MUNICÍPIOS. SEM ENTRAR NO MERITO DA DISCUSSÃO, É NECESSÁRIO MANTER COMUNICAÇÃO BUROCRATICA, AS VEZES, ATRAVES DE OFICIOS, MAS SÃO 144 MUNICÍPIOS. POR ISSO QUE PRECISA ESTAR SEMPRE ALINHADO. ACREDITA QUE ESTE É O PALCO PARA FAZER ESSE AJUSTE DE COMUNICAÇÃO, O IMPORTANTE É CONTINUAR SE AJUSTANDO PARA CAMINHAR EM RUMO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO.

GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI/UFPA - REITEROU OS LOUVORES QUE FEZ ANTES EM RELAÇÃO AO SICARF. MAS EXPRESSOU DUAS PREOCUPAÇÕES E TALVEZ UMA SUGESTÃO: 1ª) NENHUMA TERRA INDIGENA ESTÁ NO SIGEF, PORTANTO O BANCO DE DADOS DISPONIVEL É O DA FUNAI. MAS, AO ACESSAR O SITE DA FUNAI E O SITE DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, VERIFICOU QUE O SITE DA FUNAI POSSUI 736 TERRITORIOS INDIGENAS, O DO INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL, QUE USA A MESMA BASE, QUE É O DOU, FALA DE 779. EM RELAÇÃO AOS TERRITORIOS REGULARIZADOS, ENCONTRA-SE UMA DIFERENÇA DE 528 A 437. NÃO É QUESTAO DE ACADEMICISMO, MAS SIM UMA QUESTAO SIMPLES: HÁ INFORMAÇÕES DESENCONTRADAS, TANTO EM NUMEROS, QUANTO ESPACIALIZAÇÃO. A SUGESTAO

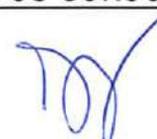


ACREDITA QUE SEJA SIMPLES: COMO O PRÓPRIO MDA ESTÁ CHAMANDO O ITERPA PARA UTILIZAR ESSE SISTEMA, O IDEAL É TRABALHAR EM CONJUNTO PARA DEFINIR A BASE A SER UTILIZADA. SEGUNDO, O TIPA CRIOU UMA COMISSÃO ESPECIAL QUE DISCUTE ESSAS QUESTÕES, PORQUE NÃO PODE FAZER CONTATO COM O GRUPO DE TRABALHO GOVERNANÇA FUNDIÁRIA CRIADO PELO MDA, QUE JÁ CRIOU UMA CAMARA TÉCNICA DE DIALOGO COM OS GOVERNOS ESTADUAIS HÁ CERCA DE DOIS MESES - AGREGANDO O CNJ NESTA DISCUSSÃO - PARA QUE COMECE A DISCUTIR, DO PONTO DE VISTA MAIS TÉCNICO, QUANTOS IMÓVEIS ESTÃO DE UM JEITO, QUANTAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, DENTRE OUTRAS ESPECIFICIDADES E ONDE. ISSO DARIA UMA SEGURANÇA JURÍDICA QUE HOJE NÃO SE TEM E O PROBLEMA NÃO ESTÁ NO INSTRUMENTAL OU TECNOLÓGICO. OS CAMINHOS TECNOLÓGICOS ESTÃO ABERTOS. O QUE PRECISA MELHORAR É OS NOSSOS BANCO DE DADOS DE INFORMAÇÕES. SE NÃO, A TECNOLOGIA PODE MAIS ATRAPALHAR QUE AJUDAR, PORQUE VAI CONSAGRAR INFORMAÇÕES QUE NÃO TÊM CORRESPONDÊNCIA NA REALIDADE JURÍDICA QUE DEFENDEMOS.

GABRIEL NATARIO – ITERPA – HOUVE CONVERSAS COM OS ÓRGÃOS FEDERAIS SOBRE DE ONDE TIRAR AS INFORMAÇÕES. O ITERPA, QUE JÁ TRABALHA COM SISTEMA ÚNICO, AINDA POSSUI DIFICULDADE COM COLETA DE INFORMAÇÕES, ENTÃO IMAGINE O GOVERNO FEDERAL? ESTÃO NA FASE DE APRIMORAMENTO E DEFINIÇÃO DESSES PERCENTUAIS, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO A COMUNIDADES TRADICIONAIS, TERRITÓRIOS INDÍGENAS, DE ONDE VÃO SE TIRAR ESSAS INFORMAÇÕES E QUAL O PROCESSO QUE DEVE SER FEITO PARA REGULARIZAR AS INFORMAÇÕES PRESENTES. ESSE QUESTIONAMENTO APRESENTADO PELO PROF TRECCANI JÁ HAVIA SIDO LEVANTADO NA REUNIÃO DE BRASÍLIA AO DETECTAREM QUE AS INFORMAÇÕES EXISTENTES NA PLATAFORMA NACIONAL ESTÃO EM DUPLICIDADE, OU AUSENTES OU A MAIS. ESTÃO EXISTINDO REUNIÕES PARA COLETAS E ESTRATIFICAÇÕES. O PROCESSO É DEMORADO. O ESTADO DO PARÁ ESTÁ HÁ SEIS ANOS NESSE PROCESSO E O GOVERNO FEDERAL ESTÁ INICIANDO. O ITERPA ESTÁ COOPERANDO E ACREDITA SALUTAR A PRESENÇA DA CORREGEDORIA, NO QUE PODE AUXILIAR PARA PARTICIPAR DA CAMARA DE SEGURANÇA FUNDIÁRIA. A PRESENÇA DA AMAZONIA LEGAL TEM FEITO A DISCUSSÃO SUBIR DE NÍVEL. NÃO POR CONTA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA, MAS PELA INICIATIVA EM ENFRENTAR A PROBLEMATICA, CONTANDO COM O APOIO DA CORREGEDORIA E DOS MUNICÍPIOS.

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA - FOI LANÇADA, HÁ DEZ DIAS, A PLATAFORMA DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA. TALVEZ A RESPONSABILIDADE NA CGJ/PA, JUNTO COM O CNJ, É ALERTAR PARA A SEGURANÇA JURÍDICA SIGNIFICA REGISTRO IMOBILIÁRIO. PORTANTO, TODAS AS PREOCUPAÇÕES QUE A NOSSA CORREGEDORIA, HISTORICAMENTE, SEMPRE TEVE, AGORA É HORA CERTA PARA DIZER “VOCÊS ESTÃO AGREGANDO INFORMAÇÃO DE UMA QUALIDADE TÉCNICA MAIS AVANÇADA?”. É O MOMENTO PARA LEVANTAR A SEGURANÇA JURÍDICA QUE ESSE TRIBUNAL SEMPRE PREZOU.

ROSA PAES – INSTITUTO VALE - ADERIU AO POSICIONAMENTO DO PROF GIROLAMO. TER UMA BASE DE DADOS CONSOLIDADA E SEGURA



É FUNDAMENTAL. TRABALHO COM IMAGEM DE SATÉLITE TAMBÉM, É EXTREMAMENTE COMPLEXO, OS NÚMEROS NUNCA BATEM. PERGUNTOU AO PAULO (ITERPA) SOBRE A QUESTÃO APRESENTADA SOBRE APTIDÃO AGRÍCOLA DA TERRA, O QUE CONSIDERA IMPORTANTE PORQUE, POR VEZES, É FEITA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SEM CONSIDERAR A APTIDÃO AGRÍCOLA DA TERRA. ALÉM DISSO, FOI MAPEADO O USO ATUAL DA TERRA? PORQUE SÃO VARIÁVEIS DIFERENTES.

PAULO ITERPA – HOJE NO SICARF A APTIDÃO AGRÍCOLA É VERIFICADA EM DOIS MOMENTOS. O PRIMEIRO É QUANDO O PROCESSO ENTRA NO SISTEMA É FEITO O DIAGNÓSTICO DE USO E COBERTURA DELE EM 2008, 2014 E 2022, QUE É A ÚLTIMA INFORMAÇÃO DO MAPBIOMAS (NACIONAL). IDENTIFICANDO QUE EXISTIU ALGUM TIPO DE ATIVIDADE AGRÍCOLA QUE CARACTERIZA QUE ESSE PROCESSO POSSA CONTINUAR TRAMITANDO DENTRO DO ITERPA PARA VIRAR UM TÍTULO, ESSES IMÓVEIS SERÃO VISTORIADOS DEPOIS. EXISTE TAMBÉM O APLICATIVO DE VISTORIA E DENTRO DO FLUXO EXISTE O MOMENTO PELO QUAL ELE PASSA POR TODOS OS IMÓVEIS RURAIS PARA PROCESSOS ONEROSOS E NÃO ONEROSOS, NA QUAL É VERIFICADA A APTIDÃO AGRÍCOLA NO IMÓVEL, A OCUPAÇÃO, AUSÊNCIA DE FRACIONAMENTO E OUTROS CRITÉRIOS PARA VER SE ELE ATENDE AOS REQUISITOS PARA VIRAR UM TÍTULO.

ROSA PAES – INSTITUTO VALE – REFORÇA E PEDE CAUTELA NA ANÁLISE DESSAS DUAS VARIÁVEIS: APTIDÃO AGRÍCOLA É DIFERENTE DE USO DA TERRA. HÁ UMA CONFUSÃO MUITO GRANDE NISSO. O USO AO SIGNIFICA DIZER QUE A TERRA É APTA. FICA À DISPOSIÇÃO

GABRIEL NATARIO – ITERPA – A VERIFICAÇÃO OCORRE EM DOIS MOMENTOS POR SABER DESSA DIFERENCIAÇÃO. NO ITERPA, QUEM CAPITANEIA A PARTE TÉCNICA É A DRA MARICELI QUE TEM FEITO TRATATIVAS A NÍVEL NACIONAL SOBRE VISTORIA, PROCESSO, ELABORAÇÃO DE NOVO MANUAL DE GEORREFERENCIAMENTO. TEM ÁREAS QUE NÃO ESTÃO APTAS A REGULARIZAÇÃO POR DIVERSOS FATORES, UMA DELAS É A APTIDÃO. EM OUTRAS, VAI SER GARANTIDO O MÁXIMO DE SEGURANÇA PARA SE GARANTIR QUE ELA SEJA REGULARIZADA. HOJE, FAZ QUESTÃO DESTA VISTORIA PARA QUE TODAS ESSAS NUANCES SEJAM OBSERVADAS, DISCUTIDAS, IDENTIFICADAS PELOS SETORES TÉCNICOS. PREENCHIDOS REQUISITOS MÍNIMOS LEGAIS, ELAS PODEM SER DEFERIDAS. ATÉ O MOMENTO, NÃO HOUVE PROBLEMAS SOBRE AS APTIDÕES. O GRAU DE PRECISÃO DO SICARF É APROXIMADAMENTE 98% E FOI UM DOS MOTIVOS PELO QUAL O GOVERNO FEDERAL ADOTASSE ESSA PLATAFORMA. A APRESENTAÇÃO REALIZADA NÃO CONSEGUE DESTRINCHAR TODAS AS NUANCES DO SISTEMA MAS COLOCA O ITERPA À DISPOSIÇÃO PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS E O TREINAMENTO ESTÁ DISPONÍVEL A TODOS QUE QUISEREM. ENTRARÃO EM QUESTÕES TÉCNICAS, TANTO DE ÁREAS RURAIS COMO URBANAS.

DES JOSÉ ROBERTO – CGJ – ENALTECE A POSIÇÃO DO ITERPA, ELEVANDO O PARÁ AO PROTAGONISMO NACIONAL. ISSO É NECESSÁRIO PARA COMBATER A HISTÓRIA DE QUE O PARÁ É UM ESTADO COM DOIS, TRÊS ANDARES. ENTÃO, ESSE TRABALHO DE



DEPURAÇÃO, DEORGANIZAÇÃO, CONFIABILIDADE DESSA BASE DE DADOS É MUITO IMPORTANTE. AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS

LUCIANA ALBUQUERQUE – DPE – SOBRE A PAUTA “O QUE OCORRER”, PERGUNTOU SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BAIRRO DA TERRA FIRME, NA ÁREA DA UNIÃO. A RESPEITO DA FORMALIZAÇÃO DO ACT A SER CELEBRADO COM A SPU. A INFORMAÇÃO QUE A DEFENSORIA OBTVEU FOI QUE HOUE A AUTORIZAÇÃO POR BRASILIA, DELEGANDO A SPU BELEM. POR ISSO, GOSTARIA DE INFORMAÇÕES ATUALIZADAS. A IMINENCIA DA DESOCUPAÇÃO SEGUE E A DEFENSORIA DEPENDE DA REGULARIZAÇÃO PARA ELEVAR O VALOR DAS INDENIZAÇÕES, COMO JÁ SE TEM CONHECIMENTO.

MARCOS SOUZA – SPU – BRASILIA RATIFICOU A PROPOSTA QUE CONSTRUIMOS, COM ALGUMAS RESSALVAS. NA SEMANA RETRASADA, HOUE REUNIAO COM A REPRESENTAÇÃO DA CODEM, DA UFPA E DA SPU, PARA ATENDER ESSAS RESSALVAS. ESTA EM FASE DE ATENDIMENTO, ACREDITA QUE NOS PROXIMOS DIAS JÁ ENVIA A CONSULTORIA JURIDICA PARA PARECER. APÓS ISSO, ESTANDO TUDO DE ACORDO, JÁ PODE MARCAR A DATA DE ASSINATURA. UM PROCESSO LONGO, MAS JÁ SE ESTA BEM PERTO DE ALCANÇAR O EXITO E VIABILIZAR A TITULAÇÃO DE 41 A 45 MIL IMOVEIS NO MUNICÍPIO DE BELEM. UMA EXPERIENCIA EXITOSA AO SEU VER. ACREDITA QUE NA PROXIMA REUNIAO, JÁ ESTARA ASSINADO.

A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 12h.

APROVADA, PELOS PRESENTES, A ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO.

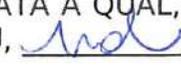
A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK:  
<https://webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/?v=b2a96d912b0b5e8d6e74&l=480&a=390>

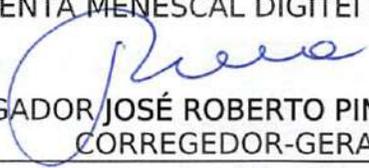
TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1. EXPOSIÇÃO, AOS PRESENTES, SOBRE A REALIZAÇÃO DO EVENTO SOLO SEGURO FAVELA, QUE OCORRERÁ DE 03 A 07.06.2024	CGJ	PROXIMA REUNIAO
2. REITERAÇÃO DO OFICIO AOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO PROJETO REGULARIZAR SOBRE CIENTIFICAÇÃO DO ITERPA DURANTE OS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	CGJ	5 DIAS
3. FORMALIZAÇÃO DE OFICIO A SPU FORNECENDO A LISTAGEM DE MUNICÍPIOS ADERENTES AO REGULARIZAR, PARA ESTENDER A REURB TAMBEM ÀS TERRAS FEDERAIS	CGJ	5 DIAS

4. INFORMAÇÕES SOBRE AS CAMARAS TECNICAS E TAUS	SPU	PROXIMA REUNIAO
5. INFORMAÇÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DE DOMINIALIDADE DA ÁREA DE SAPUCAIA	CODEM/ANANI NDEUA/DPE	PRÓXIMA REUNIÃO
6. EXPEDIÇÃO DE OFICIO AOS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE ORIXIMINÁ E SANTAREM PARA QUE PRESTEM INFORMAÇÕES SOBRE O REGISTRO DE ÁREAS QUILOMBOLAS NOS MUNICÍPIOS DE ORIXIMINÁ E BELTERRA.	CGJ	5 DIAS
7. ENCAMINHAR, AO ITERPA, OFICIO TRATANDO DA QUESTÃO SOBRE O BAIRRO DE CANAÃ	MARITUBA	POSICIONAMENT O NA PRÓXIMA REUNIÃO
8. FORMALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS EXISTENTES COM AS ÁREAS FEDERAIS NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS PARA ENCAMINHAMENTO E LEVANTAMENTO JUNTO À SPU	CANAÃ DOS CARAJÁS	PRÓXIMA REUNIÃO
9. APRESENTAÇÃO SOBRE ANDAMENTO DA MINUTA DE ACT ENTRE SPU/UFPA/CODEM PARA REGULARIZAÇÃO DA TERRA FIRME	SPU	PROXIMA REUNIAO

**PROXIMAS REUNIÕES**

DATA: 27.05.2024	INÍCIO: 10H	FIM: 12H	LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 - TJPA
---------------------	----------------	-------------	---

NESTES TERMOS, NADA MAIS HAVENDO, FOI LAVRADA A PRESENTE ATA A QUAL, APÓS LIDA, FOI ASSINADA PELO CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA. EU,  PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL DIGITEI E SUBSCREVO.

  
DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR  
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA